



**FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES**

**Ministério da Educação divulga documento que revela irresponsabilidade, amadorismo e falta de rigor nas atuais circunstâncias, sacudindo para as escolas decisões que deveriam ser estabelecidas em Protocolo Sanitário**

**Questionário sobre E@D, a que já responderam milhares de professores, revela que só 19% sente apoio do Ministério da Educação**

Sem negociação, sem auscultação, sem diálogo e sem, sequer, enviar às organizações sindicais, o Ministério da Educação elaborou orientações sobre reabertura de escolas secundárias (*11.º e 12.º anos de escolaridade e 2.º e 3.º anos dos cursos de dupla certificação do ensino secundário*), que revelam um preocupante grau de amadorismo e irresponsabilidade. É um documento:

- **Generalista** não prevendo regras para eventuais alterações no horário de trabalho, na distribuição de serviço docente e nas condições de higiene e segurança dos trabalhadores docentes e não docentes, matérias que, apesar de serem de negociação obrigatória, são deixadas à discricionariedade de cada escola;

- **Omisso** em aspetos importantes de segurança sanitária como a distância a observar entre alunos em sala de aula (raio de 2 metros?), o número máximo de pessoas por sala, a garantia de distribuição de equipamentos de proteção individual ou a realização de testes à comunidade escolar, entre outros;

- **Contrário** a regras elementares de saúde pública, recomendando a manutenção dos alunos nas salas durante os intervalos. Em França, por exemplo, o protocolo estabelece que os intervalos deverão ser de, pelo menos, 10 minutos, as salas deverão ficar vazias para arejamento, e, entre cada utilização, será feita a necessária limpeza;

- **Incoerente** ao decidir que alunos dos cursos profissionais, assim como do 11.º ano, ainda que não tenham de fazer qualquer exame, terão aulas presenciais;

- **Economicista**, a ponto de prever que, da divisão de turmas, para evitar a contratação de docentes, poderá ser reduzida a carga letiva semanal dos alunos até 50%;

- **Discriminatório**, admitindo que uns alunos terão as aulas presenciais previstas no horário, outros apenas metade dessas aulas, alguns continuarão em ensino a distância e aqueles cujos pais rejeitem o seu regresso às escolas, em jeito de punição, ficarão sem aulas; também nada se refere em relação ao reforço dos apoios a alunos com necessidades educativas especiais que, a partir de 13 de março, perderam os apoios diretos que lhes eram devidos.

Este é um documento que não estabelece todas as normas de segurança sanitária que o combate à pandemia impõe, que demonstra falta de racionalidade pedagógica nas medidas anunciadas e que não garante as condições necessárias para os professores realizarem o seu trabalho e para os alunos se prepararem para realizar os exames. **Em suma, as orientações divulgadas pelo Ministério da Educação não geram confiança e tranquilidade para o regresso às escolas.**

Reiterando uma prática que adotou já há algum tempo, o ministro da Educação demonstrou, de novo, profunda desconsideração pelos professores e pelas suas organizações sindicais representativas. A FENPROF repudia esta prática governativa, violadora das normas de negociação coletiva e alheia à atitude que o próprio governo tem procurado, envolvendo parceiros sociais em diferentes processos.

Reafirma, porém, que **não será este comportamento arrogante e antidemocrático de Tiago Brandão Rodrigues que impedirá os professores e a sua mais representativa organização sindical, a FENPROF, de continuarem a assumir uma atitude de responsabilidade profissional e cívica ainda mais vincada neste tempo em que o país enfrenta uma epidemia que provoca graves danos económicos e sociais. Esse é o compromisso que assumem perante a sociedade e que leva à exigência de condições sanitárias e pedagógicas adequadas e que minimizem riscos de saúde pública e de quebra de igualdade de oportunidades**

## **PROFESSORES E ALUNOS TÊM FEITO O MELHOR**

Nestes quase dois meses de ensino a distância, **tem sido de emergência a forma como professores e alunos têm vindo a trabalhar**, procurando adaptar-se às circunstâncias e, dentro do possível, superar dificuldades.

Com esforço pessoal e profissional, mas associando-se ao de todos os portugueses, professores e educadores estão a fazer um esforço notável para manter o contacto com os seus alunos e crianças, respetivamente, e atenuar o inevitável agravamento de desigualdades que a atual situação comporta.

Neste tempo de exceção, económica e socialmente violento, o Estado e todos os trabalhadores, do setor público e privado, têm enfrentado corajosamente a grave situação de saúde pública e respondido de acordo com as suas possibilidades. Prova-se, assim, a incorreção das políticas de ataque ao Estado e às suas funções sociais, levadas a efeito por diversos governos, e a injustiça de políticas que têm desvalorizado o trabalho e os trabalhadores. As pessoas deverão ser tratadas de forma digna, com o respeito que merecem e o seu trabalho valorizado, sendo inaceitável que hoje milhões de trabalhadores, em apenas dois meses, tenham ficado dependentes de atos de caridade.

## **FENPROF PEDIU PARECERES A PERITOS E ESPECIALISTAS E DEFENDE A ELABORAÇÃO DE PROTOCOLOS SANITÁRIOS**

Relativamente à reabertura de estabelecimentos de educação e ensino, a FENPROF coloca, em primeiro lugar, o interesse de saúde pública. Concorda com a posição manifestada pelo Primeiro-Ministro de avaliar cada momento antes de avançar e, se necessário, recuar. E para poder avaliar as condições para a reabertura já em 18 de maio e 1 de junho, **a FENPROF solicitou pareceres de peritos / especialistas em saúde pública, dirigindo-se a diversas entidades**, tais como o Instituto Ricardo Jorge, o Conselho Nacional de Saúde ou o Conselho de Escolas Médicas Portuguesas, entre outras.

Caso esses pareceres admitam a calendarização prevista pelo Governo, a FENPROF acompanhá-la-á, exigindo, contudo, a verificação de um conjunto de condições sanitárias como condição indispensável para que creches, jardins de infância, instituições de ensino especial, escolas secundárias e ATL possam abrir e manter-se em funcionamento. Essas condições deverão constar de **Protocolos Sanitários** específicos para cada tipo de estabelecimento que, entre outras medidas, contemplem:

- Parecer prévio favorável da autoridade de saúde pública local;
- Realização prévia e periódica de testes a todos os que retomem atividade presencial: docentes, trabalhadores não docentes e alunos;
- Higienização prévia de instalações, que deverá realizar-se com periodicidade mensal, a que acrescem limpeza e desinfeção diárias;

- Distribuição de equipamentos de proteção individual adequada (máscaras, luvas e batas no caso de creches, jardins de infância, instituições de ensino especial e ATL; máscaras no ensino secundário);

- Adoção de todas as normas de higiene pessoal e etiqueta respiratória definidas pela Direção-Geral de Saúde, incluindo, para além de lavagem frequente das mãos, a profusa distribuição de gel desinfetante pelos diversos espaços em utilização;

- Definição de distância a observar entre pessoas dentro da sala de atividade (1,5 a 2 metros) e fixação de número máximo de pessoas em espaço fechado de atividade (10 nas escolas secundárias; 6 em creches, jardins de infância, instituições de ensino especial e ATL);

- Proteção / resguardo de toda a população de risco (docentes, não docentes e alunos / crianças), sem que daí resultem prejuízos sejam de que natureza forem.

No sentido de garantir o mínimo de pessoas em permanência e circulação dentro das escolas, os alunos do 11.º ano e de cursos profissionais que não farão qualquer exame não deverão ser chamados a aulas presenciais.

## **ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO TERÃO DE SER NEGOCIADAS**

No que se refere à organização dos horários de trabalho e distribuição de serviço docente, eventuais alterações ao que foi definido para o desenvolvimento de atividade presencial no ano letivo em curso deverá merecer o acordo do professor, independentemente do regime de trabalho em que este se encontra: presencial, a distância ou, em muitos casos, os dois. O mesmo em relação a eventuais alterações da distribuição de serviço que também deverão ser feitas em articulação com o docente e contar com o seu acordo, pois, como qualquer outro trabalhador, terá de reorganizar a sua vida pessoal que, em muitos casos, inclui o acompanhamento de filhos menores que se encontram em teletrabalho na residência familiar, em alguns casos distando dezenas ou centenas de quilómetros do local de trabalho.

## **GARANTIR CONDIÇÕES PEDAGÓGICAS**

Para além de condições sanitárias, é necessário garantir condições pedagógicas adequadas para o trabalho de docentes e alunos. Os alunos com necessidades educativas especiais deverão ter acesso a apoios reforçados, que não estão previstos, e deverão evitar-se regimes de trabalho distintos (presencial completo, presencial incompleto, presencial e E@D ou só ensino a distância) para alunos que depois serão submetidos a processos semelhantes de avaliação, de carácter nacional como são os exames. **A FENPROF reafirma a sua posição**

**em relação aos exames: a manterem-se, as matérias a considerar deverão, garantidamente, ter sido lecionadas em regime presencial, portanto, até 13 de março.**

Independentemente do que acontecer em 18 de maio ou 1 de junho, convém lembrar que a grande maioria dos professores continuará em teletrabalho, a alternativa possível à atividade presencial, apoiados em recursos digitais e também em emissões televisivas.

## **MILHARES DE PROFESSORES RESPONDEM A QUESTIONÁRIO LANÇADO PELA FENPROF E ACUSAM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE FALTA DE APOIO**

Relativamente ao designado ensino a distância, a FENPROF lançou, há uma semana, um questionário destinado a conhecer a opinião dos docentes, bem como as principais dificuldades com que se confrontam e eventuais propostas de superação.

A recolha dos questionários decorre até 11 de maio, mas a participação dos professores está a ser muito expressiva, encaminhando-se, já, para as 4.000 respostas. Sem prejuízo da divulgação posterior dos resultados definitivos, há, contudo, linhas gerais que já se percebem, tendo em conta a opção dos professores nas suas respostas. Assim, estes:

- Consideram que o E@D **agrava as desigualdades** (94% manifestam essa opinião), com 93% a considerarem necessário, na organização do próximo ano letivo, ter em conta os défices deste ano;

- Aquele agravamento, que põe em causa a natureza da própria Escola Pública, também resulta do facto de a quase **56% dos professores não ter sido possível, até agora, contactar com todos os alunos/crianças**, totalmente ou no âmbito das atividades síncronas;

- Os professores também manifestam grande preocupação em relação aos **alunos/crianças com necessidades educativas especiais**. Cerca de 60% dos docentes consideram que o apoio que está a ser prestado fica aquém do adequado, o que decorre da impossibilidade de trabalhar diretamente com os alunos/as crianças. Confirma-se, assim, a necessidade de ser preparada uma resposta de apoio reforçado a estes alunos logo que eles regressem às escolas, alguns ainda este ano e a maioria no início do próximo ano letivo;

- Sobre o **recurso à televisão**, 54% consideram que, na atual situação, este é um recurso positivo, identificando, contudo, insuficiências e dificuldades que resultam de desajustamento entre os conteúdos apresentados e as aprendizagens já realizadas ou por realizar, problema que é agravado pelo facto de os conteúdos das aulas apresentadas não serem do conhecimento

dos professores com o tempo necessário para uma adequada preparação da atividade com os alunos;

- Duas últimas notas relativamente à perceção dos docentes sobre o grau de exigência do E@D comparando com o presencial, bem como o apoio que têm sentido na sua atividade:

- Quanto ao grau de exigência, **66% dos professores considerou o E@D mais exigente** e só 20% considerou menos exigente; os restantes professores dizem ser um grau de exigência semelhante ao que já tinham;
- Relativamente ao apoio que têm sentido, **os professores afirmam ser o Ministério da Educação quem lhes dá menos apoio**. Só 19% refere sentir apoio do ME, contrastando com os 65% que dizem ser apoiados pelas escolas e 57% pelos pais e encarregados de educação.

## **FENPROF EDITARÁ MANUAL DE PROCEDIMENTOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS E EXIGE REUNIÃO URGENTE COM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

No dia em que a atividade presencial for retomada, a FENPROF e os seus Sindicatos estarão junto às escolas a acompanhar os professores. Até lá, irá divulgar junto dos professores e educadores um **Manual de Procedimentos, Condições e Exigências** em tempo de pandemia.

Por último, **a FENPROF exige a marcação urgente de reunião com o Ministério da Educação**, destinada a apresentar e negociar condições sanitárias e pedagógicas adequadas ao eventual regresso às escolas e, também, iniciar processos negociais relativos à aprovação do despacho de constituição de turmas para o ano letivo 2020/21, bem como do despacho de Organização do Ano Letivo, diplomas que, nas atuais circunstâncias, se revestem de importância ainda maior.

Coimbra, 7 de maio de 2020

O Secretariado Nacional da FENPROF